

INQUÉRITO 4.972 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR(A/S)(ES) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO
AUT. POL. : SOB SIGILO

DECISÃO

Trata-se de representação, subscrita pela Delegada de Polícia Federal LUCIANA MATUTINO CAIRES, pela busca pessoal, nos termos do art. 240, § 1º, 'd' e § 2º, do Código de Processo Penal,, em face de EDUARDO OLIVEIRA TAGLIAFERRO.

Consta da representação policial (petição STF nº 103.212/2024):

“O presente inquérito investiga a possível ocorrência do crime previsto no art. 154 do CP, mediante vazamento de informações sigilosas contidas no aparelho de telefone celular de um ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral como parte da estratégia de organização criminosa que atua para desestabilizar as instituições republicanas.

(...)

A autoridade policial que colheu suas declarações solicitou a EDUARDO DE OLIVEIRA TAGLIAFERRO que voluntariamente fornecesse seu aparelho de telefone celular para perícia técnica, por se tratar de instrumento utilizado para a prática do crime investigado, tendo ele se recusado a entregar o referido aparelho.

Como se vê, ainda há provas a serem produzidas visando a cabal elucidação dos fatos como, por exemplo, a obtenção de arquivos, comunicações e documentos cuja entrega espontânea foi recusada pelo investigado, entre outras evidências relativas aos crimes, havendo verdadeira necessidade pela realização da medida.

É provável que o investigado tenha em seu poder os dispositivos eletrônicos, mormente aparelho de telefone celular, que guardem valiosas informações para a compreensão das

práticas delitivas com apuração em curso e a diligência de busca pessoal permitirá arrecadar tais elementos, colaborando para os avanços das investigações”.

Intimada, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo deferimento das medidas cautelares, nos termos da representação policial.

É o relatório. DECIDO.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na data de 15/8/2024, após uma série de reportagens publicadas no site da Folha de São Paulo em que foram divulgadas mensagens trocadas entre servidores lotados no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e no TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, passaram a circular nas redes sociais notícias relacionando o acesso a essas mensagens a possível vazamento de dados no âmbito da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Os documentos disponibilizados na rede mundial de computadores, notadamente o Boletim de Ocorrência Nº GC8943-1/2023, lavrado em 9/5/2023, narra a apreensão do aparelho celular de um ex-assessor do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (e um dos interlocutores de todas as mensagens até agora divulgadas), na Delegacia Seccional de Polícia de Franco da Rocha/SP, após sua detenção em contexto de violência doméstica.

Segundo consta, o aparelho celular permaneceu sob guarda da Delegacia Seccional de Franco da Rocha até 15/5/2023, quando foi restituído ao proprietário, o ex-assessor do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, Eduardo de Oliveira Tagliaferro, nos seguintes termos:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

01 (um) Telefone Celular Marca Apple, número de série e IMEI não informados, COM DOIS SIMCARDS COM AS LINHAS (11)99757-6660 E (61)99648-6660. APÓS CERTIFICADOS OS NÚMEROS DAS LINHAS MEDIANTE

LIGAÇÕES RECEBIDAS DA LINHA (11)99792-1222, O APARELHO FOI DESLIGADO E APREENDIDO. POR OCASIÃO DA APREENSÃO DO APARELHO O MESMO SE ACHAVA BLOQUEADO E NÃO HÁ INFORMAÇÃO SOBRE SENHA DE DESBLOQUEIO. APARELHO APREENDIDO SOB O LACRE 02347830.

Após reconhecer o objeto como sendo aparelho celular de sua propriedade e constatar-lhe a integridade e funcionalidade, foi determinada pela autoridade policial a entrega do objeto, ficando desde logo cientificado que com a entrega se toma responsável pelos dados contidos no aparelho assim como as consequências de indevida divulgação de dados eventualmente sigilosos. Nada mais havendo a tratar, determinou a Autoridade o encerramento do presente auto que, depois de lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão de Polícia que parcialmente e o digitei.

Na data de 15/8/2024, o *site* da Revista Fórum publicou reportagens intituladas *Carla Zambelli e o celular de Tagliaferro, por onde teriam vazado as denúncias da Folha contra Moraes* (<https://revistaforum.com.br/opiniaio/2024/8/15/carla-zambelli-celular-de-tagliaferro-por-onde-teriam-vazado-as-denuncias-da-folha-contra-moraes-163923.html>) e *Folha bota Tarcísio na roda e círculo bolsonarista e golpista se fecha* (<https://revistaforum.com.br/politica/2024/8/15/folha-bota-tarcisio-na-roda-circulo-bolsonarista-golpista-se-fecha-163936.html>), nas quais relata a inconsistência das informações relacionadas à posse do aparelho celular que é a provável origem do vazamento das mensagens divulgadas pelo Jornal Folha de São Paulo:

A Fórum entrou em contato com a assessoria da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), comandada pelo bolsonarista Guilherme Derrite, e indagou se o celular de Tagliaferro havia sido apreendido na ocasião.

A resposta foi evasiva: O caso citado foi investigado por

meio de inquérito policial instaurado pela Delegacia de Caieiras e relatado ao Poder Judiciário em maio de 2023. O autor foi solto no dia seguinte à sua prisão em audiência de custódia. Demais detalhes devem ser solicitados ao Poder Judiciário.

No entanto, o boletim de ocorrência, datado de 12 de maio - 3 dias após o ocorrido - mostra que o celular do ex-assessor de Moraes foi apreendido.

O iPhone 14 de Tagliaferro foi devolvido no dia 15 de maio. Portanto, o aparelho ficou sob a responsabilidade da Polícia Civil de Tarcísio durante 6 dias.

Resta saber quem antecipou as informações e forneceu sobre a prisão de Tagliaferro a Carla Zambelli. E o que foi feito com o celular de Tagliaferro, de onde teria partido, um ano e três meses depois, o arquivo repassado à Folha e à Glenn Greenwald no mais novo ataque a Moraes.

Nas referidas publicações, ficou consignado o possível vazamento deliberado das informações, com objetivo de estabelecer uma narrativa fraudulenta relacionada à atuação de servidores lotados em ambos os Tribunais, no contexto de reiterados ataques institucionais ao Poder Judiciário, notadamente ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e ao TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

Assim, determinei a instauração de inquérito para apuração dos fatos narrados e o encaminhamento dos autos ao Diretor-Geral da Polícia Federal para que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, proceda à oitiva de EDUARDO DE OLIVEIRA TAGLIAFERRO, sem prejuízo de outras diligências que se fizerem cabíveis.

Em sede policial, foram as seguintes as declarações do investigado:

“No período em que residiu em Brasília-DF, trabalhou no Tribunal Superior Eleitoral – TSE, como: Chefe de Gabinete da Assessoria de Enfrentamento à Desinformação; Coordenador do Núcleo de Inteligência das Polícias Cíveis e Militares; membro da Comissão de Segurança Cibernética; Secretário da Comissão de Regulamentação das Redes Sociais; membro do

Grupo da Inteligência da Polícia Federal que fazia segurança presidencial. Atualmente é divorciado. Tem duas filhas, uma de dezesseis anos de idade e a outra de onze anos de idade. Ambas moram com a ex-mulher, CARLA BOTTONI TAGLIAFERRO. É perito judicial e tem uma empresa que presta de informática, que tem apenas um único cliente. Atua também assistente técnico. Tem porte de arma desde novembro ou dezembro de 2022. Tem uma Taurus TH9, de 9mm, pessoal. Na data de 08.05.2023 saiu do trabalho no TSE, por volta de 15h, e foi direto para o aeroporto, de uber para pegar um voo para o São Paulo, aeroporto de Congonhas. Devido ao despacho da arma de fogo, perdeu o voo previamente agendado, porém conseguiu pegar o subsequente e chegou a São Paulo às 2 lh00m. O plano inicial era ir para a casa de um amigo, LEANDRO BIZZARRO PIORGELUNDE, que é escrivão de Polícia Civil em Caieiras-SP e também reside nesta cidade. Este amigo o chamou para ir à casa dele. LEANDRO lhe mandou mensagens dizendo que receberia na porta de casa do declarante. No trajeto de uber, no avião e no caminho de casa, recebeu mensagens da esposa para que fosse para casa, que fica no Condomínio Nova Caieiras, em Caieiras-SP. Após receber as mensagens, decidiu ir para casa onde residia com a esposa, pois queria ver as filhas. Ao chegar à casa, por volta de 22h13m, subiu para o quarto a fim de colocar a arma no cofre, porém a esposa secava a filha que acabara de sair do banho. Dessa forma, o declarante desceu e deixou a arma sobre a mesa da sala, para ficar longe do alcance da filha. Por volta de 22h18m, LEANDRO tocou o interfone da casa do declarante. CARLA foi quem atendeu à porta e falou algo no ouvido de LEANDRO, o que o declarante acredita que ela tenha avisado que arma estava sobre a mesa. O declarante aponta que alguns dias antes havia discutido com a esposa e afirmado que tinha um caso, o que gerou conflito entre eles. LEANDRO entrou na casa, apertou a mão do depoente, sem dizer nada e foi em direção à arma. Nesse momento, o depoente viu a situação e deu um tapa na arma, para tirar o objeto do alcance de LEANDRO, pois não sabia a intenção dele. Em seguida, o

depoente pegou a arma e subiu para o quarto, para colocá-la no cofre. LEANDRO foi atrás do depoente e entraram em vias de fato, para alcançar a arma, pois depoente queria colocá-la no cofre, enquanto o primeiro não deixava. Em certo momento, em razão desse conflito, houve um disparo. Nesse momento LEANDRO pegou a arma e, logo apareceram viaturas da Polícia Militar e da Guarda Municipal de Caieiras. Os policiais militares pediram autorização para entrar, o que concedido. Foi explicado que houve disparo de arma de fogo. LEANDRO havia colocado a arma no próprio veículo e, então a entregou à Polícia Militar, enquanto o depoente entregou um carregador da arma que portava no bolso. A Polícia Militar informou que o depoente seria preso em flagrante, momento em que o depoente entrou em desespero, correu para dentro de casa e afirmou que acabaria com a própria vida. O depoente foi contido, algemado e conduzido para a Delegacia de Polícia Civil de Caieiras. Afirma que da casa até a delegacia não chega a dois quilômetros de distância e ao chegar à unidade policial já havia imprensa, por volta de 23h00m. Afirma que foi conduzido com a roupa que vestia e o aparelho celular que portava, um Iphone 12 pro max de cor azul, que portava um chip físico e outro virtual, cujos números eram: (11) 99757-6660 e (61) 99648-6660. Na delegacia ficou numa sala, na companhia de LEANDRO, que não foi preso, apenas tinha acesso às dependências da delegacia que trabalhava. O depoente afirma que a todo momento estava na posse do aparelho celular, inclusive realizou carga da bateria na sala. Foi lavrado flagrante por ameaça, disparo de arma de fogo em contexto de violência doméstica. Afirma que ficou nesta sala até as 07h00m do dia 09.05.2023, quando haveria de sair para audiência de custódia em Jundiaí. Quem lavrou o flagrante foi a delegada LUCIANO RAFFAELI SANTINI e o escrivão *ad hoc* SILVIO JOSÉ JUNIOR. Em momento algum foi falado a respeito de apreensão do celular do depoente, destaca que a delegada inclusive o viu manusear o aparelho. O único objeto apreendido na ocasião foi a arma de fogo de propriedade do depoente. O depoente afirma

seria conduzido à audiência de custódia numa viatura do GOE-Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil de Franco da Rocha. Às 07h00m, CELSO LUIZ DE OLIVEIRA estava nas dependências da delegacia, quando o depoente afirma que desbloqueou, retirou a senha de acesso e lhe entregou o aparelho celular, para alguma necessidade da esposa e das filhas, como pagar contas, dentre outras eventualidades, haja vista os aplicativos de banco estarem no dispositivo eletrônico. No trajeto para audiência de custódia, por volta de 07h20m, o policial civil que estava ao lado do motorista na viatura do GOE, aparentemente recebeu uma ligação ou mensagem e, em seguida, perguntou ao depoente onde estava o telefone celular dele, ao que respondeu que havia entregado ao compadre CELSO, que poderia ido para a casa do depoente ou para a própria casa. Os policiais não lhe perguntaram mais nada. Saiu da audiência de custódia por volta 11h00m e foi para o escritório do advogado que lhe assistia, quando CELSO foi lhe buscar. CELSO levou o depoente para a casa de LEANDRO. Não se recorda de ter conversado nada com CELSO a respeito do aparelho de telefonia celular. Não sabe dizer quando soube da apreensão do aparelho celular. Nesta data não tomou qualquer providência a respeito do aparelho celular, queria apenas encontrar um local para dormir, pois não podia ir para casa, em razão das medidas protetivas de urgência que foram concedidas à esposa, CARLA. Afamou que na noite de 09.05.2023 foi até um shopping na companhia de CELSO para comprar um novo aparelho celular, um Iphone 13, acredita que era na cor preta. Nesse ínterim, CELSO explicou ao depoente que o aparelho Iphone 12 pro max, que o depoente o havia passado antes de sair para audiência de custódia, havia sido apreendido. CELSO lhe falou que uma viatura caracterizada da Polícia Civil de Franco da Rocha foi até a casa do depoente, onde CELSO estava e lhe exigiu a entrega do aparelho celular que o declarante o havia passado. CELSO ainda tentou ir no próprio carro até a delegacia para entregar o aparelho, por o guarda municipal, que é cedido à delegacia, afirmou que

CELSO seria conduzido até a unidade policial na viatura. CELSO foi até a delegacia de Franco da Rocha, onde encontrou o delegado de Polícia Civil JOSÉ LUIZ ANTUNES e entregou o aparelho celular. JOSÉ LUIZ disse a CELSO que o depoente era uma pessoa muito querida, 'que todo mundo estava atrás desse aparelho, que havia chegado uma ordem do ministro Alexandre de Brasília, que esse telefone seria encaminhado a São Paulo e depois para Brasília.' O depoente destaca que não presenciou qualquer ato da apreensão do aparelho celular, pois estava detido no momento, na audiência de custódia. Segundo o depoente, o termo de entrega e apreensão do aparelho celular está errado, pois nunca teve um Iphone 14, mas sim um Iphone 12 pro max de cor azul. O depoente acreditou que o aparelho estava seguro, pois havia sido direcionado ao ministro. Dias depois perguntou ao advogado do caso sobre o aparelho, ao que foi respondido que poderia ser restituído, o que gerou surpresa ao depoente, pois acreditava que o aparelho estava em Brasília. O depoente passou uma procuração ao advogado receber o aparelho na delegacia de Franco da Rocha. Na data de 15.05.2023 o advogado foi até a delegacia, quando foi requisitada a presença do depoente no local para restituir o objeto, o que foi feito. O depoente afirma que recebeu o aparelho Iphone 12 pro max, desligado, fora de qualquer invólucro, saco plástico, lacre etc. O policial, o qual não se recorda quem é, lhe perguntou 'reconhe esse celular como seu? Então testa ele, vê se está tudo funcionando!' O depoente testou o aparelho, acreditou que tudo funcionava e foi embora. Acredita que no mesmo dia, dia 15.05.2023 ou no dia seguinte, 16.05.2023, pegou o aparelho que atual que possuía, um iphone 13, deletou tudo, já que era um aparelho novo e tentou migrar todos os dados do Iphone 12 pro max para o aparelho novo, porém não conseguiu. O aparelho estava com bateria ruim, travando, não funcionou. Consultou um amigo, que lhe informou que o aparelho estava com problema na placa lógica, não valia apenas consertar. O depoente quebrou todo o aparelho, cerca de dois dias depois, e o jogou no lixo reciclável

de casa da mãe do depoente. Questionado novamente se passou a senha do aparelho celular a CELSO no momento em que seguia à audiência de custódia, afirmou que não, que chegou a dizer a senha para CELSO, mas ele não tinha sequer onde anotar, então o depoente retirou a senha de acesso do aparelho, de modo que seria facilmente manuseado. Questionado qual era aquela senha, afirmou que era 918283. Questionado se em algum momento chegou a procurar algum jornalista a fim de divulgar o material contido no aparelho celular que foi apreendido naquela ocasião da prisão em Caieiras, afirmou que não. Questionado se chegou a tentar trocar o conteúdo que tinha no aparelho celular por dinheiro com algum jornalista da revista Veja, afirma com veemência que não. Questionado a quem ele atribui a divulgação do conteúdo do aparelho de telefonia celular dele: o iphone 12 pro maxr afirma que não quer acusar ninguém: que o aparelho ficou com o depoente: com o compadre CELSO e depois com a Polícia Civil”

Após o depoimento, o investigado, orientado pelo seu advogado, teria disponibilizado o aparelho celular que portava para consulta da autoridade policial, se recusado, porém a fornecer seu aparelho de telefone celular para perícia técnica.

II – BUSCA PESSOAL

A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, inclusive do local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua ambiente fechado ou de acesso restrito ao público (HC nº 82.788/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Esse fundamental direito, porém, não se reveste de caráter absoluto (RHC 117159, 1ª T, Rel. Min. LUIZ FUX) e não deve ser transformado em garantia de impunidade de crimes, que, eventualmente, em seu interior se pratiquem ou que possibilitem o

INQ 4972 / DF

armazenamento de dados probatórios necessários para a investigação (RT 74/88, 84/302); podendo ser, excepcionalmente, afastado durante a persecução penal do Estado, desde que presentes as hipóteses constitucionais e os requisitos legais (RE 603.616/RO, Repercussão Geral, Pleno, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC 93.050-6/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO; HC 97567, 2ª T, Rel. Min. ELLEN GRACIE).

Na espécie, estão presentes os requisitos do art. 240 do Código de Processo Penal, necessários ao deferimento de ordem judicial de busca pessoal de EDUARDO OLIVEIRA TAGLIAFERRO, pois devidamente motivada em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autoria e materialidade criminosas, sinalizam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais em relação aos investigados.

Nesse sentido, assim consignou a autoridade policial (petição STF nº 103.212/2024):

“(…) ainda há provas a serem produzidas visando a cabal elucidação dos fatos como, por exemplo, a obtenção de arquivos, comunicações e documentos cuja entrega espontânea foi recusada pelo investigado, entre outras evidências relativas aos crimes, havendo verdadeira necessidade pela realização da medida.

É provável que o investigado tenha em seu poder os dispositivos eletrônicos, mormente aparelho de telefone celular, que guardem valiosas informações para a compreensão das práticas delitivas com apuração em curso e a diligência de busca pessoal permitirá arrecadar tais elementos, colaborando para os avanços das investigações”

No mesmo sentido, a manifestação da Procuradoria-Geral da República:

“Na espécie, o vazamento seletivo de informações protegidas por sigilo constitucional, recentemente publicizado

por meio de veículos de comunicação, teve o nítido propósito de tentar colocar em dúvida a legitimidade e a lisura de importantes investigações que seguem em curso no Supremo Tribunal Federal, como estratégia para incitar a prática de atos antidemocráticos e tentar desestabilizar as instituições republicanas.

Não obstante o que se colheu sobre a materialidade e autoria dos crimes investigados, a análise das informações reunidas pela Polícia Federal indica a necessidade de complementação das diligências investigadas, a fim de possibilitar um juízo adicional sobre a autoria do vazamento das informações e quanto à extensão das condutas apuradas.

A negativa do requerido em entregar o aparelho celular de forma voluntária também justifica a medida pleiteada pela autoridade policial. No ponto, convém salientar que o sigilo funcional inerente aos agentes públicos deve ser resguardado mesmo após o término do vínculo ou desligamento do cargo, mas esta regra pode ser relativizada em situações excepcionais para melhor atender o interesse público, como no caso dos autos.

Diante disso, a medida cautelar pleiteada é necessária para que se possa identificar os autores dos vazamentos criminosos praticados e cessar as práticas delitivas, para resguardar a segurança e a lisura de importantes trabalhos investigativos que estão a serviço da coletividade.

A inviolabilidade domiciliar expressa uma garantia constitucional que protege direitos fundamentais de expressiva relevância para a proteção da personalidade. Não se reveste, contudo, de caráter absoluto e pode ser excepcionada, especialmente quando apresentados indícios de que, no domicílio de suspeito, encontram-se elementos relacionados com crimes – a chamada justa causa. Daí o art. 240, § 1º, do Código de Processo Penal definir a medida cautelar de busca e apreensão como providência legítima, quando visa a apreender instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso, descobrir objetos necessários à prova de infração e

colher quaisquer elementos de convicção que se mostrarem relevantes.

A representação estabelece um quadro fático-probatório indicativo da necessidade e pertinência de medidas de busca e apreensão pessoal e domiciliar em relação ao requerido Eduardo de Oliveira Tagliaferro, que, além de seu aparelho celular, poderá estar na posse de outros materiais relevantes sobre as condutas apuradas.

O pedido da autoridade policial convence da imprescindibilidade da providência, em prol do avanço das investigações, que podem se beneficiar do achado de documentos, anotações, registros, mídias, aparelhos eletrônicos e demais dispositivos de armazenamento de dados reveladores de circunstâncias delituosas, da eventual participação de outros agentes, propiciando uma mais completa compreensão de condutas relevantes.

Há necessidade, por fim, de que seja concedida à autoridade policial autorização para acessar equipamentos e dispositivos eletrônicos apreendidos no cumprimento das medidas requeridas, afastando-se o sigilo de eventuais dados/materiais bancários, fiscais, telefônicos e telemáticos apreendidos”.

Efetivamente, a solicitação está circunscrita à pessoa física vinculada aos fatos investigados, e não há outra diligência adequada à completa elucidação dos fatos.

Conforme consignado na decisão de instauração deste inquérito, há relevantes indícios da ocorrência dos delitos de divulgação de segredo, nos termos do art. 153 do Código Penal (*Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem*) e de violação do sigilo funcional, previsto no art. 325 do Código Penal (*Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação*), no contexto de reiterados ataques ao Estado Democrático de Direito e ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

INQ 4972 / DF

Nesse cenário, considerada a possibilidade de utilização do aparelho celular para a prática de conduta delituosa, bem como a recusa do investigado em fornecê-lo voluntariamente à autoridade policial, tenho por atendidos os pressupostos necessários ao afastamento da garantia constitucional da inviolabilidade em relação à busca pessoal, encontrando-se justificada a ação invasiva na procura de outras provas das condutas ora postas sob suspeita.

Efetivamente, embora tenha sido realizada a oitiva do investigado, se revela necessária e adequada a adoção de diligências investigativas complementares, essenciais para a verificação da autoria do vazamento das informações e quanto à extensão das condutas apuradas, conforme ressaltado pela Procuradoria-Geral da República.

Neste caso, a negativa do investigado em entregar o aparelho de forma voluntária é um relevante fator a autorizar a medida de busca pleiteada, uma vez que os dados contidos no referido aparelho são de interesse público e interessam à presente investigação.

Assim, no casos dos autos, os requisitos se mostram plenamente atendidos, pois patente a necessidade da medida de busca pessoal para apurar o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros desta SUPREMA CORTE

Diante de todo o exposto, nos termos do art. 21 do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ACOLHO a manifestação da Procuradoria-Geral da República, DEFIRO a representação da autoridade policial, e **DETERMINO A BUSCA PESSOAL** em face de EDUARDO DE OLIVERA TAGLIAFERRO (RG 20754640-SSP/SP), para que se proceda à apreensão do aparelho celular do investigado, bem como de outros dispositivos eletrônicos ou materiais relacionados aos fatos objeto deste inquérito.

AUTORIZO, desde logo, o acesso e a análise de todo o conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e e-mails) armazenado, incluindo eventuais documentos bancários, fiscais e telefônicos, bem como dos dados telemáticos obtidos, permitindo à

INQ 4972 / DF

autoridade acessar dados armazenados em eventuais computadores, *smartphones*, dispositivos de bancos de dados, mídias de armazenamento de dados (HDs, pen drive, etc) e quaisquer outros arquivos eletrônicos de qualquer natureza, podendo, se necessário for, realizar a impressão do que for encontrado e submeter à pronta análise policial e perícia técnica.

Expeça-se o mandado, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243 do Código de Processo Penal.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Cumpra-se.

Brasília, 22 de agosto de 2024.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

AJCRIM-STF/PGR N. 1056532/2024

Inquérito n. 4.972 – Distrito Federal

Relator : Ministro Alexandre de Moraes

Requerente : Sob Sigilo

Requeridos : Sob Sigilo

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

A Polícia Federal formulou representação objetivando a decretação de medida cautelar de busca e apreensão contra Eduardo de Oliveira Tagliaferro, ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral, no interesse da investigação em curso nos autos do Inquérito n. 4.972, que investiga a possível ocorrência dos crimes previstos nos arts. 154 e 325 do Código Penal, em razão do vazamento de informações sigilosas contidas no aparelho celular do requerido, como parte da estratégia da organização criminosa que atua para desestabilizar as instituições republicanas.

885003470

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
Inquérito n. 4.972

A representação policial é instruída com o depoimento do ex-servidor Eduardo de Oliveira Tagliaferro, que negou participação no vazamento das recentes informações sigilosas veiculadas pela imprensa e declarou que teve o celular apreendido pela Polícia Civil de São Paulo em 9.5.2023, quando foi preso em flagrante pela suposta prática de violência doméstica contra sua ex-esposa, bem como que recebeu o terminal telefônico em 15.5.2023 ou 16.5.2023. Declarou, além disso, que não se sente confortável em entregar e disponibilizar o aparelho sem uma expressa ordem judicial.

Diante das evidências apresentadas, a Polícia Federal representou pela medida cautelar de busca e apreensão, requerendo que seja afastado o sigilo de eventuais dados bancários, fiscais telefônicos e telemáticos apreendidos.

- II -

Na espécie, o vazamento seletivo de informações protegidas por sigilo constitucional, recentemente publicizado por meio de veículos de comunicação¹, teve o nítido propósito de tentar colocar em dúvida a legitimidade e a lisura de importantes investigações que seguem em curso no Supremo Tribunal Federal, como estratégia para incitar a prática

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/08/moraes-usou-tse-fora-do-rito-para-investigar-bolsonaristas-no-supremo-revelam-mensagens.shtml>. Acesso em 22.8.2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
Inquérito n. 4.972

de atos antidemocráticos e tentar desestabilizar as instituições republicanas.

Não obstante o que se colheu sobre a materialidade e autoria dos crimes investigados, a análise das informações reunidas pela Polícia Federal indica a necessidade de complementação das diligências investigadas, a fim de possibilitar um juízo adicional sobre a autoria do vazamento das informações e quanto à extensão das condutas apuradas.

A negativa do requerido em entregar o aparelho celular de forma voluntária também justifica a medida pleiteada pela autoridade policial. No ponto, convém salientar que o sigilo funcional inerente aos agentes públicos deve ser resguardado mesmo após o término do vínculo ou desligamento do cargo, mas esta regra pode ser relativizada em situações excepcionais para melhor atender o interesse público, como no caso dos autos.

Diante disso, a medida cautelar pleiteada é necessária para que se possa identificar os autores dos vazamentos criminosos praticados e cessar as práticas delitivas, para resguardar a segurança e a lisura de importantes trabalhos investigativos que estão a serviço da coletividade.

A inviolabilidade domiciliar expressa uma garantia constitucional que protege direitos fundamentais de expressiva relevância para a proteção da personalidade. Não se reveste, contudo, de

88503470

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Inquérito n. 4.972

caráter absoluto e pode ser excepcionada, especialmente quando apresentados indícios de que, no domicílio de suspeito, encontram-se elementos relacionados com crimes – a chamada *justa causa*. Daí o art. 240, § 1º, do Código de Processo Penal definir a medida cautelar de busca e apreensão como providência legítima, quando visa a apreender instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso, descobrir objetos necessários à prova de infração e colher quaisquer elementos de convicção que se mostrarem relevantes.

A representação estabelece um quadro fático-probatório indicativo da necessidade e pertinência de medidas de busca e apreensão pessoal e domiciliar em relação ao requerido Eduardo de Oliveira Tagliaferro, que, além de seu aparelho celular, poderá estar na posse de outros materiais relevantes sobre as condutas apuradas.

O pedido da autoridade policial convence da imprescindibilidade da providência, em prol do avanço das investigações, que podem se beneficiar do achado de documentos, anotações, registros, mídias, aparelhos eletrônicos e demais dispositivos de armazenamento de dados reveladores de circunstâncias delituosas, da eventual participação de outros agentes, propiciando uma mais completa compreensão de condutas relevantes.

Há necessidade, por fim, de que seja concedida à autoridade policial autorização para acessar equipamentos e dispositivos eletrônicos apreendidos no cumprimento das medidas requeridas, afastando-se o

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
Inquérito n. 4.972

sigilo de eventuais dados/materiais bancários, fiscais, telefônicos e telemáticos apreendidos.

A Procuradoria-Geral da República aguarda o deferimento da medida cautelar pleiteada pela autoridade policial.

Brasília, 22 de agosto de 2024.

Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República

885003470